

Apuração revela conflitos entre alvos da operação 'Copia e Cola'

Por mensagens, ex-aliados criticam Rodrigo Manga e o Bispo Josivaldo Batista

Documentos reunidos pela Polícia Federal (PF) expõem um rompimento interno entre os investigados na operação "Copia e Cola", que apura o desvio de recursos da área da Saúde em Sorocaba. A investigação resultou no afastamento do prefeito do município de Sorocaba Rodrigo Manga (Republicanos) do cargo e embasou pedidos de prisão contra pessoas ligadas ao político. As informações revelam um ambiente marcado por acusações mútuas, desconfiança e ataques verbais entre antigos aliados.

As mensagens obtidas pela PF indicam que os investigados utilizavam apelidos ofensivos para se referirem uns aos outros. Termos como "demônio" e "171" aparecem em diálogos interceptados. O material também detalha a tentativa de fuga de Simone Rodrigues Frate de Souza, cunhada do prefeito afastado, que foi monitorada em tempo real pelos investigadores no dia 6 de novembro.

Mensagens

A análise do conteúdo extraído de celulares aponta que ex-aliados passaram a trocar críticas tanto contra Rodrigo Manga quanto contra o bispo Josivaldo Batista, marido de Simone. Batista chegou a ser preso durante a operação, mas obteve liberdade posteriormente por meio de Habeas Corpus. As conversas



Em um trecho, Dayani se refere a Manga como "171", alusão direta ao crime de estelionato

reforçam o clima de tensão e a ruptura entre integrantes que, anteriormente, atuavam de forma conjunta.

Entre os diálogos destacados estão mensagens trocadas entre o ex-secretário de Administração Fausto Bossolo e sua esposa, Dayani Ferreira Silva Bossolo. Em um dos trechos, datado de outubro de 2022, Dayani se refere a Rodrigo Manga como "171", numa alusão direta ao artigo do Código Penal que trata do crime de estelionato. Em outra conversa interceptada, Bossolo demonstra

forte aversão a Josivaldo Batista, apontado pela investigação como operador financeiro do grupo, ao chamá-lo de "demônio".

Tentativa de evasão

O relatório de inteligência da Polícia Federal descreve que Simone Frate, pastora e também alvo da operação, não foi localizada em sua residência quando os agentes chegaram para cumprir o mandado de prisão. Diante disso, teve início uma busca pelas ruas da capital paulista.

Os investigadores identi-

ficaram que Simone utilizava uma linha telefônica registrada em nome de outra pessoa. Dados de monitoramento apontam que, às 6h45, ela estava na academia do casal, localizada no bairro do Brás. Após ser avisada por familiares sobre a presença da polícia em sua residência, onde o marido já havia sido detido, iniciou o retorno.

Porém, informações de geolocalização mostram que, às 7h59, Simone interrompeu o deslocamento na região do Brooklin Velho, zona sul da capital, permane-

cendo no local por cerca de meia hora. Equipes da PF foram enviadas à área, mas não conseguiram localizá-la.

A partir das 8h38, o sinal do celular indicou uma mudança de estratégia. Simone desistiu de voltar para casa e passou a se deslocar em direção ao centro de São Paulo. Durante o período em que esteve foragida, ela utilizou as redes sociais para comentar o caso. Posteriormente, a defesa do casal entrou com pedido de Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça, que substituiu a prisão por medidas cautelares, entre elas o uso de tornozeleira eletrônica.

Bens de alto valor

No mesmo dia da operação, agentes da PF chamaram atenção para a quantidade de itens de luxo apreendidos com Josivaldo Batista e Simone Frate em um condomínio localizado em Itu (SP). Ao todo, foram catalogados 46 relógios de pulso, incluindo um exemplar da marca Rolex, além de produtos de grifes como Montblanc, Louis Vuitton e Michael Kors.

A relação de apreensões inclui ainda 15 óculos de sol e cerca de 50 peças de joias e semijoias. No closet do casal, os policiais encontraram diversas malas da marca Louis Vuitton contendo documentos, passaportes e dinheiro em moeda estrangeira, que também foram recolhidos.

Franca recebe o 11º Espaço Prevenir do Governo de SP

O município de Franca realizou a última segunda-feira (15) a inauguração da 11ª unidade do Espaço Prevenir, serviço do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). Esta é a sexta unidade entregue em 2025, marcando a expansão da rede de prevenção às drogas e apoio às famílias em vulnerabilidade social.

Capacidade e missão

A nova unidade tem capacidade para atender até 200 pessoas ao mês. Sua missão é criar redes de apoio e cuidados, fortalecer vínculos familiares e auxiliar na recuperação e prevenção de recaídas de pessoas com transtornos causados pelo uso de substâncias psicoativas.

O serviço oferece atendimentos individualizados com assis-



Equipamento fortalece rede de cuidado no interior paulista

tente social, terapias em grupo e individuais com psicólogos, além de atividades educativas, culturais e de lazer coordenadas por profissionais da pedagogia. Também disponibiliza orientação profissional ao público referenciado, facilitando a inser-

ção no mercado de trabalho por meio de elaboração de currículo e busca por emprego, estimulando a reinserção social e a autonomia financeira.

O Espaço Prevenir de Franca fica na Rua Antônio Pimenta, 845, bairro São José.

Lei incentiva denúncia de crime ambiental

Na última quinta-feira (18), foi apresentada a Lei Municipal de Presidente Prudente nº 11.821, que institui o Programa de Incentivo à Denúncia de Infrações Ambientais Urbanas. A nova legislação, sancionada pelo prefeito Milton Carlos de Mello, Tupã, será publicada em edição extra do Diário Oficial e tem como objetivo coibir o descarte irregular de lixo no município, prática considerada crime ambiental.

Recompensa

Pelo programa, moradores que flagrarem e denunciarem corretamente o descarte irregular de resíduos poderão receber 20% do valor da multa aplicada ao infrator. Para ter direito ao incentivo, é necessário apresentar foto ou vídeo que identifique claramente o responsável ou o veículo envolvido, além de

informar data, horário e local da infração. A denúncia poderá ser feita em sigilo.

Canais oficiais

As denúncias devem ser formalizadas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, por meio dos canais oficiais da Prefeitura, como o telefone 156, a plataforma 1Doc ou as redes sociais institucionais. Após o registro, os casos passam por procedimento de apuração e comprovação, conforme previsto na legislação. A lei também estabelece punições para denúncias falsas, incluindo perda do direito à recompensa, aplicação de multa e responsabilização civil e criminal. Todas as denúncias serão verificadas tecnicamente, e as imagens enviadas não serão divulgadas, garantindo a proteção da identidade do denunciante.